



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**RESUMO EXECUTIVO DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS**

Data: 10 de outubro de 2008

Local: Plenário do Conselho Nacional de Saúde Omilton Visconde – Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo, Ala B, 1º andar – Brasília, DF.

ITEM 1 – COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO – COFIN/CNS

Convidados: Humberto Barreto, SPO/MS; Francisco Fúncia, assessor da COFIN/CNS

1º ponto: *Relatório da última reunião da COFIN/CNS*

Expositor: Conselheiro Fernando Luiz Eliotério, Coordenador da COFIN/CNS

2º ponto: nota técnica da SPO em resposta à Recomendação do CNS nº. 26/08

Expositor: Francisco Fúncia, assessor da COFIN/CNS

3º ponto: Proposta de recomendação que: orienta os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde a exercerem seu papel legal de “acompanhar e fiscalizar os fundos de saúde onde devem estar aplicados todos os recursos, próprios e transferidos” (Constituição Federal/Atos Disposições Constitucionais e Transitórias – 77, 3); e orienta os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde a adotarem os princípios e encaminhamentos previstos no arcabouço legal do financiamento da saúde.

Expositor: Francisco Fúncia, assessor da COFIN/CNS

Encaminhamentos: aprovado o relatório da COFIN, por unanimidade; aprovada a recomendação apresentada pela COFIN; e deverá ser enviado ofício à SPO reforçando a importância do trabalho conjunto com essa Secretaria.

ITEM 2 – PROJETOS DE LEI, EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO, QUE TRATAM SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES

Coordenação: Conselheira Clair Castilhos, coordenadora da CISMU/CNS

1º **Expositor:** Diaulas Costa Ribeiro, Promotor de Justiça

2ª **Expositora:** Dulce Xavier, Representante das Católicas pelo direito de decidir

3º **Expositor:** Adson França, Coordenador do Pacto Nacional pela redução da Mortalidade Materna e Neonatal – SAS/MS

Encaminhamento: criar GT intercomissões para assessorar o Pleno do CNS com estudo das proposições legislativas e demais normas sobre direitos sexuais e reprodutivos; e elaborar moção de repúdio aos projetos, distribuídos na reunião, que tratam do assunto.

ITEM 3 – A REGULAMENTAÇÃO DA PROPAGANDA E DA PUBLICIDADE DE ALIMENTOS

Coordenação: Conselheira Nildes de Oliveira Andrade, Coordenadora da CIAN/CNS

1ª **Expositora:** Renata Monteiro, Observatório da UnB

Abordagem: Monitoramento de propaganda de alimentos visando à prática de alimentação saudável.

2ª **Expositora:** Maria José Delgado Fagundes, GPROP/ANVISA

Abordagem: Publicidade de Alimentos e Vigilância Sanitária

3º **Expositor:** Paulo Nicolellis, Diretor Jurídico da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA

Abordagem: Visão das indústrias da alimentação

Elizabeta Recine

Abordagem: Direito humano à alimentação adequada

Patrícia Chaves Gentil – Consultora Técnica da Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – CGPAN/MS

Abordagem: Ações do Ministério da Saúde para o controle do marketing de alimentos para o público infantil

Encaminhamento: repautar o assunto, na próxima reunião, com os atores envolvidos, para aprofundar o debate, e, na oportunidade, apreciar proposta de resolução sobre a regulamentação da publicidade de alimentos e bebidas; e aprovar moção de apoio do CNS ao Ministério da Saúde e à ANVISA nos seus esforços de disciplinar e monitorar as práticas publicitárias e outras estratégias comerciais dirigidas a alimentos e bebidas.

ITEM 4 – DEBATE DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES EXERCIDAS PELA FUNASA, NO QUE SE REFERE À GESTÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE PRESTADOS AOS POVOS INDÍGENAS, QUE CONSTA NO PROJETO DE LEI 3.958, QUE ALTERA A LEI. 10.683 DE 28 DE MAIO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS

Coordenação: Conselheiro **Valdenir França**, representantes dos povos indígenas no CNS

1ª Expositora: **Carmem de Simoni**, Ministério da Saúde

Abordagem: Histórico do Projeto de Lei que altera a Lei nº. 10.683/03 propondo a criação da Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde e a transferência das competências e atribuições exercidas pela FUNASA, no que se refere à gestão dos serviços e saúde oferecidos aos povos indígenas, para essa Secretaria.

2º Expositor: **Wanderley Qüenka**, Diretor do Departamento de Saúde Indígena/FUNASA

Abordagem: Melhoria dos indicadores de saúde indígena sob a gestão da FUNASA

3º Expositor: Conselheiro **Valdenir França**

Abordagem: Posição dos povos indígenas em relação ao Projeto de Lei

4ª Expositora: Dra. **Deborah Duprat**, Subprocuradora geral da República

Abordagem: Situação atual e perspectivas

Encaminhamento: elaborar Resolução para retirar da justificativa do PL a proposta de transferência das competências e atribuições exercidas pela FUNASA, no que se refere à gestão dos serviços de saúde oferecidos aos povos indígenas, para a Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde; e realizar seminário sobre saúde indígena no final de novembro, em parceria com a FUNASA e a SGTES.

ITEM 5 – INFORME DAS COMISSÕES DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Item não apresentado.

ITEM 6 – RELATÓRIO DA MESA DIRETORA

– Indicações e Informes

Item não apresentado.

PENDÊNCIAS

1) Recomendações da Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador

1ª – recomenda: **a)** À Secretaria Geral da Presidência: incluir o Ministério da Saúde - MS e o Ministério da Previdência Social - MPS no Grupo de Trabalho Interministerial instituído e em funcionamento na Secretaria-Geral da Presidência da República; estabelecer o diálogo do referido Grupo de Trabalho Interministerial com entidades e órgãos que discutem o tema; levar em consideração os diagnósticos apontados nas apresentações e relatórios dessa reunião nos estudos e debates realizados pelo Grupo de Trabalho Interministerial/SG - PR; estabelecer articulação entre o Grupo de Trabalho Interministerial - GTI e a Comissão de Estudo do Trabalho por Produção do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE; garantir o caráter “permanente” do Grupo de Trabalho Interministerial/SG – PR e da Mesa de Diálogo entre trabalhadores, empregadores e governo, instituídos a partir do Grupo de Trabalho Interministerial; solicitar ao Subgrupo que discute a relação de trabalho no setor sucroalcooleiro do Grupo de Trabalho de Bioenergia do Conselho de Desenvolvimento Social o resultado dos seus estudos/trabalhos. **b)** Ao Ministério da Saúde: - realizar pesquisas sobre os possíveis efeitos negativos na saúde dos trabalhadores dos “maturadores de cana” – antes e depois da queimada. (conforme artigo 6º § 5º da Lei 8.080/90); aprofundar o debate no âmbito da Saúde sobre seu papel no enfrentamento à situação dos trabalhadores no setor canavieiro. **c)** À Comissão Interministerial Tripartite de Segurança e Saúde do Trabalho, composta pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social (Portaria Interministerial nº 152, de 13 de maio de 2.008): - realizar pesquisa em que o setor canavieiro seja objeto de estudo no enfoque dado pela Comissão de Atividade que causam “morte e incapacidade permanente”. **d)** Ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE: - aperfeiçoar e regulamentar a NR 31, especialmente nas questões relativas aos EPIs e pausas para descanso, etc; rever Certificado de Aprovação de EPIs; e solicitar à Comissão de Estudo do

Trabalho por Produção o resultado das discussões sobre EPIs e pausas para descanso. *Encaminhamento*: aprovada.

2ª - recomenda: às Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador, de Saneamento e Meio Ambiente e de Alimentação e Nutrição a realização de um Seminário Inter Comissões, abordando o tema “Agrocombustíveis e saúde – trabalho, ambiente e segurança alimentar”, com o objetivo de discutir as implicações da expansão dos agrocombustíveis para a saúde dos trabalhadores, das populações do entorno, dos empreendimentos e em geral – tendo em vista a segurança alimentar e dos ecossistemas. *Encaminhamento*: aprovada.

3ª – recomenda: ao Ministério da Saúde - MS a publicação do Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. 2. À Coordenação de Saúde do Trabalhador – COSAT/SVS/MS: orientar aos municípios a consultarem os Relatórios Finais das Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde do Trabalhador para inclusão de propostas no PPA 2009 para ações de saúde de trabalhador. *Encaminhamento*: aprovada.

4ª - recomenda: Ao Ministério da Saúde - MS, ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e ao Ministério da Previdência Social - MPS aprofundarem a discussão sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador, com a participação dos trabalhadores e empregadores, com vistas à elaboração de proposta de sistema único de dados sobre as questões relacionadas à saúde do trabalhador. *Encaminhamento*: aprovada.

5ª – recomenda: **a)** À Mesa Nacional de Negociação Permanente no SUS a realização de Seminário Nacional sobre Saúde do Trabalhador do Setor Saúde; **b)** Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e ao Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS a apresentação das questões relacionadas aos trabalhadores da Fundação Casa e da Rede Conveniada de atendimento à Criança e Adolescente no Estado de São Paulo; **c)** A apresentação do conteúdo relativo aos trabalhadores no setor de saúde na Mesa Nacional de Negociação Permanente no SUS e na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS; **d)** Ao Ministério da Saúde a criação de site com dados, pesquisas, experiência de intervenção na saúde do trabalhador do setor saúde; e **e)** Ao Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ e Fundações do Setor Público a definição de Políticas Públicas de incentivo a realização de pesquisas sobre a Saúde do Trabalhador do Setor Público, especialmente na área de saúde pública. *Encaminhamento*: aprovada.

6ª – recomenda: ao MPS a inclusão de um membro da CIST/CNS, com observador, na Comissão Tripartite criada pelo Governo Federal em cumprimento à Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que dispõe sobre saúde do trabalhador. *Encaminhamento*: retirada. Em substituição, foi aprovada recomendação ao Ministério da Previdência Social – MPS para que encaminhe à CIST/CNS os relatórios da Comissão Tripartite criada pelo Governo Federal em cumprimento à Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho – OIT que dispõe sobre saúde do trabalhador.

7ª – recomenda: **a)** A inclusão da Coordenação de Saúde do Trabalhador – COSAT, do Núcleo de Saúde Ocupacional/ANVISA e de Representação das Entidades Sindicais dos Trabalhadores do Serviço Público nas discussões do SISOSP. **b)** a participação de um membro da CIST na discussão do SISOSP; **c)** Que o patamar mínimo para a formulação de uma Política de Saúde do Trabalhador do Setor Público Federal devem ser as normas e regulamentações relativas aos trabalhadores regidos pela CLT; **d)** A criação de mecanismos de participação efetiva dos trabalhadores do setor na discussão, implementação e implantação do SISOSP, conforme resolução da 2ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, que define a criação de Comissão de Saúde do Trabalhador no âmbito das unidades do Serviço Público; e **e)** A observação do Sistema de Informação desenvolvido pela Fundação Oswaldo Cruz na elaboração do Sistema de Informação do SISOSP. *Encaminhamento*: aprovada com a exclusão do item “b”.

2) Manifesto das Centrais Sindicais pelo trabalho decente

Encaminhamento: apoio do CNS.

3) Resolução sobre a questão indígena

Resolve: solicitar ao Ministério da Saúde que retire da justificativa do PL nº. 3.958 o item 5 que propõe a transferência das competências e atribuições exercidas pela FUNASA para nova Secretaria; e solicitar que qualquer mudança na Política de Atenção à Saúde Indígena seja uma decisão pactuada entre a gestão e as representações indígenas. *Encaminhamento*: aprovada com a substituição de “solicitar” por “indicar”. (Um voto contrário e uma abstenção).

4) Recomendações da Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM:

1ª – recomenda que os gestores públicos de saúde promovam a capacitação das equipes de saúde bucal e dos centros especializados em odontologia – CEOs do SUS para o atendimento aos pacientes portadores de transtornos mentais, em todos os níveis de complexidade; e que os CEOs sejam dotados de tecnologia, estrutura física e equipamentos adequados ao atendimento de pacientes portadores de transtornos mentais; **2ª – recomenda** que 5% dos orçamentos da saúde das três esferas de governo sejam destinados às ações de saúde mental, conforme indicação da Organização Mundial de Saúde; e **3ª –** que seja incluído o indicador de abertura de leitos psiquiátricos em hospitais gerais no Pacto pela Vida.

Encaminhamento: aprovadas.

5) Recomendação

Recomenda que: os conselhos de saúde efetivem debate sobre a seguridade social e se manifestem em apoio à carta do Rio de Janeiro em defesa da seguridade social inclusiva e estável; pela convocação da Conferência de Seguridade Social; e contra o Projeto da Reforma Tributária que extingue as contribuições da seguridade social.

Encaminhamento: aprovada.

6) Moção de apoio

Manifesta apoio à Carta do Rio de Janeiro em defesa da Seguridade Social, produto de um amplo debate ocorrido na cidade do Rio de Janeiro por iniciativa do Centro de Estudos Brasileiro em Saúde – CEBS.

Encaminhamento: aprovada.

7) Recomendação

Recomenda: 1) aos conselhos estaduais e municipais de saúde que analisassem e debatam a situação da hanseníase e, conforme a necessidade, sejam instituídas comissões específicas para o enfrentamento do problema; e que informem ao CNS sobre a implantação do conteúdo da recomendação no seu âmbito de atuação.

Encaminhamento: aprovada.

8) Moção de apoio à publicidade de alimentos

Encaminhamento: aprovada, com a manutenção apenas do último item (apoio à ação da ANVISA de regulamentação). Os demais itens serão discutidos na próxima reunião.

9) criação do GT intercomissões para assessorar o Pleno mediante o estudo quanto às proposições legislativas e demais normas sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Encaminhamento: Aprovado.

10) Recomendação

Recomenda a rejeição dos seguintes Projetos sobre direitos sexuais e reprodutivos: PL 3204/2008; PL 2504/2007; PL2433/2007 com projetos apensados: PL 2273/2007; PL 3673/2008; PL 2273/2007; PL 2154/2007 disque aborto; PL 1763/2007 bolsa – estupro; PL 831/2007; PL 478/2007 com projetos apensados: PL 489/2007, PL 3748/2008; PL 3131/2007 com projetos apensados: PL 1413/2007, PL 1686/2007; PL1459/2003 com projeto apensado: PL 5166/2005; PL7235/2007 com projeto apensado: PL 5364; PL 4307/1998 com projetos apensados: PL 4917/2001, PL 3207/2008, PL 4917/2001, PL 7443/2006. Encaminhar à Presidência da Câmara Federal e Comissões da Seguridade Social e Família e da Constituição e Justiça a recomendação.

Encaminhamento: Aprovada.

11) Moção de Repúdio – à ausência, sem nenhuma justificativa, do Deputado Jofran Frejat ao diálogo promovido por este Conselho a respeito dos PL em tramitação nas Comissões de Seguridade Social e Família – CSSF, presidida pelo Deputado em questão.

Encaminhamento: Aprovada.

12) Solicitação da CISM/CNS de realização da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental

Encaminhamento: enviar a solicitação à Mesa Diretora para debate.

EXTRA PAUTA

Solicitações de pauta: Saúde suplementar: portabilidade e ressarcimento ao SUS; DST e AIDS – quebra de patentes; resolução da ANVISA sobre doação de sangue; antiretrovirais; e assistência farmacêutica.

INFORMES:

Seminário de educação permanente – **transferido**.

Simpósio do CNS com diversas atividades – **transferido para 2009**.